

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 041, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

“Veto ao Projeto de Lei nº 041, de 13 de setembro de 2011, proposto pelo Poder Legislativo, no qual dispõe sobre a isenção de taxas e outros recolhimentos à cidadãos e entidades filantrópicas para protocolar pedidos, sugestões, denúncias ou reclamações na Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul e dá outras providências.”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que no uso das atribuições legais que me confere o artigo 52, § 1º, c/c art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, **VETO TOTAL** o Projeto de Lei nº 041, de 13 de setembro de 2011, de origem do Poder Legislativo.

RAZÕES DO VETO:

O Poder Legislativo do Município de Eldorado do Sul propôs o Projeto de Lei nº 041/2011, visando isentar cidadãos e entidades filantrópicas do pagamento de taxas e outros recolhimentos para protocolar pedidos, sugestões, denúncias ou reclamações na Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul.

Apura-se que o aludido projeto pretende interferir em matéria de competência exclusiva do Poder Executivo Municipal. Tal atitude contraria a Constituições Federal e do Estado do Rio Grande do Sul, em especial o art. 2º da Constituição Federal e arts. 8º e 10 da Constituição Estadual (RS), arts. 46 e 128 da Lei Orgânica do Município de Eldorado do Sul e art. 14 e seguintes da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, que assim dispõem:

a) Constituição Federal:

“Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

b) Constituição Estadual:

“Art. 8º O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

(...)

Art. 10. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.”

c) Lei Orgânica do Município de Eldorado do Sul:

“**Art. 46** São de iniciativa privativa do Prefeito, os projetos de lei e emendas à Lei Orgânica que disponham sobre:

(...)

V – matéria tributária;

(...)

Art. 128. A Taxa de Expediente é devida por quem se utilizar de serviço do Município que resulte na expedição de documento ou prática de ato de sua competência.”

d) Lei Complementar nº 101/2000:

“**Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

(...)”

Mediante interpretação destes dispositivos apura-se que a proposta ora atacada não observou as regras constitucionais do processo legislativo, encontrando-se, assim, óbice ao Princípio da Separação dos Poderes.

Constata-se, também, que o projeto ora vetado, por tratar-se de matéria tributária, é de competência exclusiva do Executivo, além do que importa em renúncia de receita.

Sobre a matéria o Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já se pronunciou, senão vejamos:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ. INSTITUIÇÃO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ATIVIDADES DE PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL. INICIATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES. VÍCIO FORMAL. MATÉRIA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. Deve ser declarada inconstitucional a Lei Municipal n.º 2.961, de 14 de abril de 2010, de iniciativa da Câmara de Vereadores de Gravataí, que autoriza o Poder Executivo a instituir na rede pública municipal de ensino atividades de psicomotricidade relacional, implicando a necessidade de contratação de profissionais habilitados e compra de materiais diversos. Tal lei impõe atribuições à Secretaria Municipal da Educação, interferindo na organização e funcionamento da administração, matéria de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. **A inobservância das normas constitucionais de processo legislativo tem como consequência a inconstitucionalidade formal da lei impugnada, pois violados os princípios da simetria, da harmonia e independência entre os Poderes.** Ofensa aos arts. 8º, 10, 60, 82 da Constituição Estadual e 61 da Constituição Federal. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70037575198, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Orlando Heemann Júnior, Julgado em 04/07/2011)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE VIAMÃO. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. CRIAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DE ACOMPANHAMENTO AOS PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO. **INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. VÍCIO FORMAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES.** DESRESPEITO AOS ARTS. 60 E 82, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70038302667, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vicente Barrôco de Vasconcellos, Julgado em 13/12/2010)

AGRAVO REGIMENTAL. LIMINAR DE SUSPENSÃO DE EFICÁCIA DE DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL MODIFICADOS POR EMENDA DA CÂMARA MUNICIPAL AO EXAMINAR PROJETO DE INICIATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL. PRINCÍPIO DA RESERVA. EMBORA CONTROVERTIDO O TEMA, TEM PREVALECIDO O **ENTENDIMENTO DE QUE O FATO DO PROJETO SER DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO IMPEDE A APROVAÇÃO DE EMENDA DIMINUINDO A ARRECADÇÃO** (ART. 60 DA CE). DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL, POR MAIORIA. (Agravado Regimento Nº 599453503, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Carlos Stangler Pereira, Julgado em 21/08/2000)

Diante dos motivos expostos, o Poder Executivo Municipal apresenta as suas razões de veto ao Projeto de Lei nº 041/2011, uma vez que resta demonstrado ser este projeto inconstitucional, contrariando o art. 2º da Constituição Federal, bem como os arts. 8º e 10 Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a proposta ora vetada não observou as regras impostas pelos arts. 46 e 128 da Lei Orgânica do Município de Eldorado do Sul e art. 14 e seguintes da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Dessa forma, para preservar a legalidade do processo legislativo e a harmonia e independência dos Poderes, e para evitar intervenção do Poder Judiciário, o Poder Executivo Municipal veta o Projeto de Lei nº 041, de 13 de setembro de 2011, de origem do Poder Legislativo, aprovado em Sessão Ordinária do dia 03/10/2011.

Eldorado do Sul, 10 de outubro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal